

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



REPÚBLICA

VOLUME 27, 2006

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA - UMA MUDANÇA ESTRATÉGICA?

1. Introdução

A 28 de Maio de 1926 as forças políticas e militares que tomaram nas suas mãos o Poder, em Portugal, tacitamente concertaram entre si o véu de silêncio com que cobririam o passado recente. Tudo começou por calar brutalmente a voz dos defensores da República implantada nos moldes da Constituição Política de 1911. Depois, foi o anátema da anterior situação, reprovando-a pela instabilidade política e incapacidade de gestão orçamental. Finalmente, já o Estado Novo se havia consolidado, optou-se por, na própria escola e nas universidades, travar o ensino dessa História recente. A névoa condenatoria só raramente era rompida, aqui e ali, por um ou outro saudoso e saudosista que, cautelosamente, ou publicava um livro ou fazia sair um artigo nas páginas dos jornais ou revistas - especialmente por altura do aniversário das comemorações do 5 de Outubro.

Quando Norton de Matos se candidatou à Presidência da República, no final dos anos 40 do século passado, pode estabelecer-se essa data como limite das grandes incursões dos velhos republicanos sobre o Estado Novo. De então em diante, as figuras que apareciam a animar as hostes da oposição - entre elas Cunha Leal e Jaime Cortesão - eram já os símbolos de um tempo de liberdade, nas raias do mítico, por distante.

* Universidade Autónoma de Lisboa.

Quinze anos, quase dezasseis, da nossa História recente; estiveram condenados ao esquecimento durante quarenta e oito. Na sequência do golpe militar de 25 de Abril de 1974, data do regresso à democracia e ao afastamento das estruturas ancilosantes do anterior regime, assistiu-se a uma abertura sobre esse pequeno, mas rico, espaço temporal do passado. Não está tudo explorado, quanto ao que respeita à 1.^a República, nos meios académicos. Um dos pontos mais controversos - a participação na Grande Guerra - tem sido motivo da nossa atenção vai já para mais de vinte e cinco anos. Ainda estamos longe de ter desvendado e compreendido o muito que sobre esse curto período se pode estudar.

No nosso entender, a beligerância nacional foi mais, e representou mais, do que a simples participação nos campos de batalha de França com um contingente militar superior a cinquenta e cinco mil homens. Já nos debruçamos sobre os aspectos que nos pareceram imediatamente evidentes, mas pouco esclarecidos; hoje trazemos à colação monologante de um ensaio escrito uma perspectiva por nós julgada nova: a beligerância como parte de uma estratégia cujo fim último era a alteração da mentalidade dominante em Portugal, em 1914.

Para alcançar o nosso objectivo temos de começar por estabelecer o quadro definidor do Portugal monárquico no advento da República, enquadrando-o no Velho Continente da época. Fazemo-lo, *passeando* apressadamente pelo tempo e pelo espaço de uma Europa em grande e acelerada mudança e detemo-nos, depois, numa análise orientada para os *pontos fracos* de um regime em decadência. Não analisamos a ruptura política da Monarquia para a República: está tratada, com grande rigor, por muitos Mestres da nossa historiografia contemporânea. Saltamos para o imaginário taumatúrgico de parte dos republicanos mais progressistas do pós 5 de Outubro de 1910. Desembocamos na acção reformadora do Governo Provisório, por nos parecer a mais genuína do ideário vencedor, traduzindo um sonho e uma vontade de modernização da sociedade nacional. Deixamos afloradas as discordâncias, as oposições, os empecilhos semeados, na senda trilhada por sonhadores e crentes, pelos mais retrógrados ou ressabiados. Assim, explicamos, com brevidade, a sociedade portuguesa nos dezasseis anos de República. Mas, porque o interno e o social não se justificam por eles mesmos, fazemos uma incursão no domínio do financeiro e económico, olhando quer para dentro quer para a relação com o mundo exterior. Comprovamos a dependência de Portugal, tentando descortinar como a beligerância poderia ser uma forma de

)
rompê-la, aproveitando uma conjuntura específica; deixamos indicados os rastros das medidas adoptadas para fazer frente a um estado de guerra que se deseja e no qual se enxerga uma saída pontual para vários problemas estruturais. Por fim, analisamos, segundo três perspectivas, como a beligerância portuguesa podia ter sido - e, em certa medida, foi - o motor para impulsionar os portugueses rumo à modernidade europeia tal qual era percebida pelos políticos progressistas. Rematamos o nosso ensaio - poderíamos chamar-lhe hipótese - com o ruir de um sonho, de um desejo, de uma vontade, estudando um pouco em pormenor a ascensão e a queda de Sidónio Pais, elemento, também ele, de ruptura entre o passado recente e o futuro sedimentado na velha tradição de um Portugal periférico, colando os olhos nas colónias, que não desenvolveu, desenvolvendo o provincianismo, o ruralismo, a despersonalização face ao Poder.

Esperamos que a brevidade de um projecto ambicioso não vá ser o nosso pior inimigo, ao expô-lo.

2. O Portugal monárquico

A passagem do século XVIII para o seguinte, na Europa, pôs em evidência um conjunto de elementos de mudança e ruptura política, social e económica que haviam estado a maturar desde o Renascimento. Com efeito, ao enriquecimento financeiro da burguesia correspondeu, por um lado, uma ampla disponibilidade para um maior empenhamento no estudo de fenómenos da Natureza e, por outro, uma grande apetência pelo exercício ou participação no exercício do poder político. Com esta conjugação estavam criadas as condições mínimas para a ocorrência de profundas alterações.

As que primeiro se patentearam foram as de carácter científico e tecnológico, constituindo o ponto de partida para a Revolução Industrial. Francis Bacon e Descartes lançaram as bases da filosofia moderna, capaz de desembocar no *Iluminismo* com toda a carga teológica que lhe vem associada, mas, também, os novos conceitos de liberdade política, económica e religiosa. Daí à Revolução Francesa e aos ideais do liberalismo foi um passo que a burguesia deu sem hesitações⁽¹⁾.

⁽¹⁾ Para um entendimento sintético da importância do século XVIII na evolução política, económica e, até, estética da Europa veja-se Jacqueline Russ, *A Aventura do Pensamento Europeu. Uma História das Ideias Ocidentais*, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 161-221.

Depois do Congresso de Viena, em 1815, a Europa, com a Grã-Bretanha na frente, evoluiu na Revolução Industrial, impondo novos ritmos de produção, novos produtos e, acima de tudo, novos meios de circulação, colocando-os onde o mercado os reclamasse⁽²⁾. A partir da segunda metade da centúria dá-se a *descolagem* entre os Estados que podiam concorrer, seguindo as novas técnicas produtivas, e aqueles que, especialmente, por falta das duas matérias-primas básicas desta fase - o carvão e o ferro - têm de ficar para trás. Portugal estava no grupo destes últimos. A tentativa de industrialização conhecida por *fontismo* só veio pôr a descoberto as debilidades nacionais⁽³⁾. A falta de uma marinha mercante moderna, a vapor, a ausência de uma política colonial coerente e capaz de encaminhar para África os emigrantes que todos os anos partiam para o Brasil, Argentina e Estados Unidos, impossibilitava produzir e carrear para a metrópole produtos necessários para aqui alimentarem uma indústria - de qualquer tipo - concorrencial⁽⁴⁾. Estes são, do nosso ponto de vista, os elementos que basicamente determinaram a precária e periclitante vivência do liberalismo português consolidado em 1834. No plano externo, a balança comercial dependia especialmente da venda dos produtos da terra - vinho, azeite, cortiça, frutos secos e pouco mais -, tendo como principal comprador, vendedor e credor a Grã-Bretanha⁽⁵⁾. A indústria têxtil era pouca e de má qualidade.

(2) Vide J. B. Duroselle, *A Europa de 1815 aos nossos dias*, 3.^a ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989, pp. 20-22.

(3) Ainda são obras de referência para o estudo do *fontismo* como ruptura rumo à imposição do capitalismo em Portugal e das consequentes alterações no tecido social que daí advieram, de Manuel Villaverde Cabral, os títulos *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977, e, *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

(4) Diz J. B. Duroselle, em *História da Europa*, Lisboa, Círculo de Leitores/ /Publicações Dom Quixote, 1990, p. 317, "A Espanha vivia isolada e Portugal ainda mais. Também aqui se opunham constitucionais e absolutistas. No entanto, Portugal apenas pertence à Europa mediante vinculada influência que aí exerce a Inglaterra desde o Tratado de Methuen, de 1703".

(5) Numa linguagem actual, poder-se-ia dizer que as exportações nacionais incorporavam pouco valor acrescentado, facto demonstrativo de um atraso industrial muito grande. Já o mesmo não acontecia relativamente aos produtos importados. Infelizmente, a situação teve tendência a manter-se durante o Estado Novo e ainda agora.

A independência do Brasil, no primeiro quarto do século XIX, seguida, cerca de cinquenta anos depois, do ruir do sonho colonial em África⁽⁶⁾, materializado no *mapa cor-de-rosa*, e desfeito pelo ultimato britânico⁽⁷⁾, foram, no plano interno/externo, factos que trouxeram, por um lado, impossibilidade de alterar o estádio económico e, por outro, descrédito político à monarquia portuguesa⁽⁸⁾. Descrédito explorado pelo Partido Republicano Português com uma propaganda orientada para a classe média urbana principalmente de Lisboa, Porto e Coimbra e de outras cidades e vilas do país⁽⁹⁾.

A Monarquia, e todo o sistema partidário sobre o qual o regime se apoiava, no final do século XIX e na primeira década do seguinte, estavam corroídos pela prática de uma política corrupta assente numa alternância nas cadeiras do poder, não como resultado de uma efectiva e consciente vontade popular, expressa pelo voto, mas de eleições condicionadas pela importância dos chefes políticos locais e do interesse que em Lisboa se

⁽⁶⁾ Dizia Augusto Fuschini, já quase no fim do século XIX, em 1899, "A perda das colónias, que seria a pobreza, e a absorção da autonomia, [...]" (*O Presente e o Futuro de Portugal*, Porto, Fronteira do Caos, Lt.ª, 2005, p. 110), traduz o pensamento, que dominou a segunda metade do século e se prolongou pela 1.ª República e Estado Novo.

⁽⁷⁾ Sobre as nefastas consequências que o ultimato teve para a Monarquia, incentivando o republicanismo em Portugal, veja-se Alexandre Cabral, *Os Crimes da Monarquia*, Lisboa, Seara Nova, 1973.

⁽⁸⁾ A este propósito pode consultar-se uma visão bastante crítica, mas provavelmente bastante próxima da realidade, de Rui Ramos em *História de Portugal* (dir. José Mattoso), 6.º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 94-101.

⁽⁹⁾ Deve ter-se em conta a lenta e desconexa evolução do republicanismo em Portugal, pelo menos desde 1870 até 1879, quando se discutia o tratado de Lourenço Marques. É a partir do ano seguinte, com a comemoração do centenário da morte de Camões que se gera um movimento popular, apontando para uma unidade de pensamento e acção. Sobre a evolução do pensamento republicano nestes anos em Portugal, veja-se Amadeu Carvalho Homem, *Da Monarquia à República*, Braga, Palimage Editores, 2001, pp. 27-56. Consulte-se, também, para ter uma visão da fundação do Partido Republicano Português como congregação das diferentes facções existentes e da abrangência social da propaganda republicana, Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 1.º vol., Coimbra, 1991, pp. 47-60 e 95-112.

punha na defesa das suas mesquinhas exigências. O *Rotativismo* contribuiu, largamente, para o desabono do trono⁽¹⁰⁾.

Ao descrédito interno sobrepunha-se o externo. Portugal, nos últimos anos da centúria, era tido como um protectorado inglês. Era-o, como resultado das sucessivas cedências perante os exigentes pedidos britânicos, dos quais o mais significativo, mas menos falado, foi a obrigação de assumir uma postura diplomática ambígua perante o conflito anglo-boer, dando Londres, como troca, a garantia da manutenção da cláusula do Tratado de Aliança de 23 de Junho de 1661 que previa a possibilidade de a Armada inglesa defender as colónias de Portugal como se de território bretão se tratassem⁽¹¹⁾. Contudo esta *generosidade* escondia, procurando anulá-lo, o acordo anglo-germânico de 1898 que, secretamente, aceitava a partilha das principais colónias africanas portuguesas, se Lisboa não satisfizesse o largo empréstimo solicitadamente oferecido pela banca de Londres e de Berlim⁽¹²⁾. Acrescentava-se a esta *utilidade* portuguesa, quando convenientemente subordinada, o invejável facto de serem de Portugal pontos de elevado interesse estratégico para a navegação marítima e para as recentes comunicações telegráficas britânicas. Factores que mais reforçavam a imposição de uma subordinação mal disfarçada de protecção⁽¹³⁾.

⁽¹⁰⁾ Para se perceber o sistema de votação e o papel dos caciques, nos últimos cinquenta anos do século XIX, é vantajosa a consulta de A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal. Portugal e a Regeneração (1851-1900)*, Barcarena, Editorial Presença, 2004, pp. 216-223.

⁽¹¹⁾ Vide Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, pp. 515-516.

⁽¹²⁾ José de Almada, *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa, Edições do Estado-Maior do Exército, 1946, pp. 21-37 e Armando Marques Guedes, *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1938, pp. 330-331.

⁽¹³⁾ Seguindo um curioso estudo do capitão Paiva Couceiro ("O triângulo estratégico e a Aliança inglesa", *Revista de Artilharia*, Lisboa, n.º 26, Agosto, 1906) vemos que, em 1903, os 20.000 navios mercantes registados no Remo Unido, em geral, seguiam cinco "linhas de tráfego", partindo da Inglaterra: a do *Ocidente* - pelo Atlântico Norte, com recurso à via férrea trans-canadiana, acabava no Pacífico; a do *Oriente* - pelo Atlântico Norte passava pelo Mediterrâneo, acabava nos mares da Índia e China; a do *Sudoeste* (Antilhas-Guianas) - pelo Atlântico; a do *Sul para Ocidente* - pelo Atlântico rumo ao cabo Horn; a do *Sul para Oriente* - pelo Atlântico, passava pelo Cabo da Boa Esperança, bifurcando ou para a Índia ou para a Austrália. A par com estas rotas seguiam os cabos submarinos

Nesta conjuntura, a Casa Real portuguesa, urna das mais pobres da Europa e que menos podia dignificar o país no concerto das nações, não merecia crédito ou estima interna capaz de ser desejada a sua manutenção⁽¹⁴⁾. O regicídio, em Fevereiro de 1908, foi o sinal claro desse desencanto junto da classe média urbana⁽¹⁵⁾.

Falhada a revolução, no Porto, em 31 de Janeiro de 1891, por falta de amadurecimento do ideário republicano e ausência de conjuntura interna propícia à mudança⁽¹⁶⁾, já no ano de 1910, desde a conspiração passando pelo consenso internacional - por uma neutra passividade da Grã-Bretanha⁽¹⁷⁾

directos à África Austral e Oriental, os quais amarravam em territórios portugueses: Madeira, S. Vicente, em Cabo Verde, S. Tomé, Luanda, Benguela e Moçâmedes. Paiva Couceiro, com grande clarividência, designou estas duplas vias de comunicação por rede "rede estratégica de navegação e telégrafo". Note-se ainda que, onde amarrava o cabo submarino existiam, também, depósitos de carvão para abastecimento dos navios a vapor, complementados pelos portos continentais de Lisboa e Lagos. Compreende-se assim a importância vital da Grã-Bretanha dominar o Atlântico, porque os arquipélagos nacionais constituíam, em paralelo com a costa africana, um subsistema dentro do sistema estratégico global de defesa inglês. Na rota Grã-Bretanha-América do Norte (Bermuda e Antilhas), os Açores entravam, também, nesta articulação estratégica, devido à sua equidistância e à sua indispensabilidade para abastecer os navios nas rotas intercontinentais.

(14) Somente para ilustrar o desencanto popular, e não nos socorrendo de mais testemunhos coevos, basta transcrever o jornalista monárquico espanhol, chegado a Lisboa na sequência do dia 5 de Outubro de 1910, Félix Lorenzo, que pergunta: "Hay monárquicos en Portugal? Parece que non, y este es uno de los más curiosos fenómenos de la revolución republicana" (cit. por Jacinto Batista, *O 5 de Outubro*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983, p. 103).

(15) Sobre o atentado pode ver-se, de Miguel Sanches de Baêna, *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, Lisboa, Alfa, 1990. Ter-se-á de salvar, todavia, a tese do envolvimento da Maçonaria ou da Carbonária no regicídio, porque não foi provada e tudo indica que a primeira das organizações tenha sido estranha ao acontecimento.

(16) Pode consultar-se, para um breve entendimento do que foi o "31 de Janeiro" e a mudança de atitude dos republicanos posteriormente a esta tentativa, bem como a preparação da conspiração que conduziu ao "5 de Outubro", Joel Serrão, *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 159-215, e, especialmente, 119-215.

(17) Veja-se José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. I, Lisboa, Terra Livre, 1977, pp. 221-222, que relata como no *Foreign Office*, foi tomado como sendo um problema interno português a alteração de regime no país.

- até ao descrédito no trono, tudo se conjugava para que fosse um êxito a mudança de regime⁽¹⁸⁾. E foi!

3. O sonho da república: um salto na modernidade

Embora tendo consciência da redundância, julgamos conveniente recordar o quanto teve de mítico, quase taumatúrgico, todo o processo de proclamação da República em Portugal⁽¹⁹⁾ e o seu desenvolvimento até ao começo dos anos vinte do século passado⁽²⁰⁾, altura em que, em nossa opinião, começa a generalizar-se o descontentamento nos meios mais *crentes* das hostes republicanas⁽²¹⁾.

⁽¹⁸⁾ Para uma compreensão do acto revolucionário de 5 de Outubro de 1910, consulta-se *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro* (pref. e notas Carlos Ferrão), Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978.

⁽¹⁹⁾ Na linha de um racionalismo moderado que não esconde, aqui e ali, a tendência para a solução utópica, esteve Bernardino Machado. Veja-se, de António Ramos de Almeida, *O pensamento activo de Bernardino Machado*, Porto, Brasília Editora, 1974, pp. 206-207. Claramente ele mostra essa ponta de crença no *Homem Novo Republicano* ao dizer, em 1908: "A revolução *redentora* [sublinhado nosso] há-de estalar subitamente um dia, mas há-de ser preparada perseverantemente, laboriosamente, todos os dias, a cada minuto. O poder não evoluciona liberalmente para a república, não contemos com isso! *mas evoluçionemos nós sem. tréguas para ela pelo incessante exercício e progressivo desenvolvimento das nossas virtudes cívicas* [sublinhado nosso]. Não há somente a evolução dos dirigentes, do regime, *há também a evolução dos dirigidos, do povo, da consciência pública*" [sublinhado nosso]. O misticismo republicano está visível nas linhas transcritas. Ver, também, Carlos Ferrão, *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976, pp. 11-12.

⁽²⁰⁾ Para se compreender uma das formas de actuação prática da República na tentativa de conseguir transformar a utopia, o sonho, em realidade, consulta-se Joaquim Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

⁽²¹⁾ A razão que se encontra para esta ruptura com um passado recente tem, segundo o nosso ponto de vista, dois pontos de apoio: por um lado, o sidonismo, como corte com o desenvolvimento da utopia republicana em decadência, por fazer ressurgir uma nova utopia pessoalizada e personalizada e, por outro, as alterações que, no plano sócio-económico, a Grande Guerra provocou as quais não tiveram reflexo nos velhos partidos de seis anos antes. Para uma melhor compreensão veja-se António José Telo, *Decadência e Queda da 1.ª República Portuguesa*, 1.º voi., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, pp. 183-197.

Este fenómeno de pendor sebastianista⁽²²⁾ tem origem, a nosso ver, em um processo biunívoco gerado entre os dirigentes e activistas republicanos, de um lado, e, do outro, uma significativa percentagem da população portuguesa antes, durante e após a proclamação da República. Sem condições de matematização do fenómeno, estribados nos estudos já efectuados, quer-nos parecer que o desenvolvimento numérico da *crença milagreira* na República foi progredindo no sentido inverso da cronologia da implantação do regime. A propaganda republicana, na vigência da Monarquia, despertou a *imaginação* popular para a "cura" dos males nacionais com a *simples* deposição da dinastia de Bragança⁽²³⁾.

A exploração republicana deste lado da ignorância e, até, do obscurantismo popular, cuja raiz mergulha na prática de uma religiosidade feita de *crendices* e meros ritualismos sem conteúdo, estava, em si mesma, prenhe de boa intenção⁽²⁴⁾, visto assim ser possível, julgava-se, encaminhar este *não saber* para a *modernidade europeia*, tão referida na época, em discursos e acções de propaganda⁽²⁵⁾. A meta estava além Pirinéus, porque, de lá, olhava-se para a Península como uma antecâmara de Marrocos. A República alteraria esta *disfunção visual* através de legislação apropriada e acções concretas sobre o tecido social herdado da Monarquia.

A veracidade - se dúvidas pudessem ainda hoje subsistir - desta *estratégia* comprova-se no conjunto legislativo publicado de rajada durante o Governo Provisório, no final de 1910 e durante o ano de 1911⁽²⁶⁾. No primeiro

(22) Fernando Catroga prefere chamar-lhe *iluminista*, na recordação do movimento do século XVIII. *Vide* a análise conclusiva na obra já anteriormente citada, 2.º vol, pp. 441-464.

(23) É nesse sentido que as explicações de Joel Serrão e de Fernando Catroga vão nas obras já citadas.

(24) Sobre alguns aspectos desta postura pode ler-se, com vantagem, a posição de Sebastião de Magalhães Lima, Grão-Mestre da maçonaria portuguesa (Grande Oriente Lusitano Unido), realçados por Maria Rita Lino Garnel no seu trabalho *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

(25) Ainda bem recentemente, na apresentação de um ensaio sobre o Marquês de Pombal, Miguel Real dá conta desse objectivo que, parece, terá sido também o do ministro de D. José I (cf. *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, Matosinhos, QuidNovi, 2006, p. 10).

(26) E foi neste pormenor da legislação *revolucionária* que se distinguiu Afonso Costa, tendo de levar-se em linha a sua experiência e o seu contacto anterior com o estrangeiro e com o que se passava na Suíça, em França e Inglaterra. A. H. de Oliveira Marques deu-se ao trabalho de estabelecer a quantidade de tempo

aniversário do novo regime já pairavam nuvens de discórdia dentro do Partido Republicano Português (PRP)⁽²⁷⁾. No entanto, convirá recordar, que os fiapos dessas nuvens vinham do tempo da Monarquia, porque coexistiam no PRP "sensibilidades" políticas diferentes, abrindo-se o leque desde o sector mais radical ao mais conservador. Deveria ser impossível manter coeso um agrupamento partidário já assim dividido.

Na nossa perspectiva, reside, exactamente na diferença de *andamentos* para a modernidade o âmago da discórdia entre os mais notáveis *barões* do Partido Republicano. Enquanto Afonso Còsta *acelerava a fundo*, apostando num processo de mudança rápido, talvez doloroso, mas imprescindível para ganhar o respeito da Europa, Brito Camacho preferia a *velocidade moderada* conseguida pelo conformismo com uma determinada tradição. Gravitava em seu redor um pequeno núcleo de intelectuais bera pensantes da República, certa burguesia endinheirada que pouco ou nada tinha a ver com a arruaceira multidão de lojistas, sargentos e marinheiros que admiravam Afonso Costa e a sua ruptura brusca com o clero de uma imperial Igreja Católica Apostólica Romana que, no púlpito e confessionalário, moldava as consciências de um povo ignaro⁽²⁸⁾. À sombra de Brito

que, em 19 anos - de 1904 a 1923 -, Afonso Costa viveu no estrangeiro: 21 meses, o que, para a época e até mesmo para os dias de hoje - se excluirmos os bolseiros e pensarmos em gente que se desloca à custa dos seus próprios rendimentos, sem ser em trabalho - é ainda muito tempo (*Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, 1972, p. 30).

⁽²⁷⁾ Para se conseguir apreciar com exactidão o começo dos desentendimentos entre os grandes líderes do PRP convirá consultar o Prof. Ângelo Ribeiro na *História de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. VII, pp. 475-482. A ameaça de discórdias teve lugar ainda durante a vigência do Governo Provisório, quando foi necessário imprimir acalmia social entre os trabalhadores que exigiam melhores condições de vida e ministros houve que dificultaram a adopção da definição de horários de trabalho a António José de Almeida, ministro do Interior. Mais tarde, foi a eleição do Presidente da República, Manuel de Arriaga, o factor determinante para separar o *bloco* conservador dos elementos mais ousados e politicamente mais radicais.

⁽²⁸⁾ É, por certo, na forte influência do catolicismo nos meios rurais e, em menor medida, nos meios urbanos, que se pode encontrar o esteio do atraso da população portuguesa. Quando o Estado monárquico não aceita ser laico, mas, pelo contrário, amarrar o seu destino ao da Igreja Católica, entregando nas mãos do clero o ensino público, está a compagnar a evolução da cultura nacional com os parâmetros finisseculares da Santa Sé, altura em que Roma, sofrendo os efeitos da unificação

Camacho ajustaram-se, também, todos quantos, sentindo ainda vivo em si o monarquismo que os enformara durante séculos, preferiam escondê-lo sob a capa de um republicanismo super moderado⁽²⁹⁾. Esta *direita*, supostamente republicana, resvalava com facilidade para a complacência inaceitável, no momento, com os saudosistas da Monarquia. Quase paredes meias com este grupo de pseudo republicanos e de mal disfarçados monárquicos viviam os republicanos *puros* que, não se comprometendo com nenhum partido ou facção, formavam uma espécie de *consciência do regime*, francamente mais conservadora do que apoiante de bruscas rupturas sociais. Era o caso, por exemplo, de um José Relvas, de um Teixeira-Gomes, de um João Chagas⁽³⁰⁾ e de tantos outros que, sem o proclamarem publicamente, a si próprios se atribuíam um estatuto de *reserva moral* da República por pairarem acima da *rua* e condescenderem táticamente com as medidas de Afonso Costa.

da Itália, mais se comprazia no fecho às novas ideias, novas tecnologias e, para além de tudo, na afirmação dogmática de um poder divino definido em conventículos que rodeavam o Papa. Veja-se, para se compreender na máxima amplitude este panorama, Belliot, R. P. A., *Manuel de Sociologie Catholique. Histoire, Théorie, Pratique*, 4.^a ed., Paris, P. Lethielleux, Libraire Éditeur, 1911, obra obrigatória nos Seminários Católicos de então e onde, entre outras coisas, se ensinava que os Templários estavam próximos do "satanismo" e que acabaram sendo *uma franco-maçonaria feudal* (p. 38) e, a propósito da Revolução Francesa, transcrevemos: "Aussi constitue-t-elle dans l'histoire du capitalisme l'événement culminant, car son principal résultat fut d'annihiler au profit de la Ploutocratie toutes les autorités sociales antérieurement régnaient: *la Monarchie, la Noblesse, les Corporations, la Magistrature héréditaire*, et par dessus tout *l'Eglise*" (p. 60). Relativamente aos caminhos-de-ferro afirmava-se taxativamente que, do ponto de vista moral, não trouxeram nenhum progresso, mas, pelo contrário, foram mesmo um recuo (p. 62). Poderíamos continuar a citar, mas julgamos que, como exemplo, é suficiente o que deixámos dito.

⁽²⁹⁾ Aconteceu que, logo após a proclamação da República se verificou o fenómeno, então chamado, "adesivo" para classificar os *republicanos* de recentíssima extração. Mas o *adesivismo* foi mais evidente nos irrequietos republicanos/monárquicos que se colaram à ala radical; no âmbito conservador passaram mais discretamente, juntando-se a Brito Camacho. E foram muitos!

⁽³⁰⁾ Ainda que este, antes de 5 de Outubro de 1910, tenha sido um dos mais activos elementos a recrutar militares para apoiarem a revolução. Ele e Machado Santos. Este como alto responsável da Carbonária. Cf. Carlos Ferrão (pref. e notas), *Relatórios Sobre a Revolução de 5 de Outubro*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978, p. 20.

Em oposição a esta amálgama, que poderíamos definir como *direita*, estava uma *extrema esquerda*, também ela militante do ideal republicano, mas mostrando-se por caminhos, umas vezes, pessoais e, outras, colectivos no intuito de afirmar uma estrutura orgânica da República que se afastava da directriz democrática, tal como havia sido herdada da tradição liberal do século XIX. A figura mais em evidência durante os primeiros onze anos do regime foi Machado Santos⁽³¹⁾.

Na primeira fase - temporalmente compreendida entre a aclamação do regime e o fim da Grande Guerra, quiçá, da Monarquia do Norte⁽³²⁾ - o clímax do *império* da reacção tradicionalista foi atingido com o breve consulado de Sidónio Pais⁽³³⁾, mas já antes havia sido tentado com a episódica

(31) Dada a confiança que depositava nos carbonários, muitos deles por si recrutados, foi, nas longas horas de permanência e combate na rotunda da avenida da Liberdade e no parque Eduardo VII, o autor material da vitória republicana, em 5 de Outubro de 1910, quando todos os oficiais dela descreiam. Logo, pela voz do Povo, foi alcandorado a "Fundador da República". Mas uma República da qual se apossaram os políticos que, incensando-o, rapidamente o colocaram de lado, quase esquecendo-o. Os seus já velhos desentendimentos com Afonso Costa levaram-no a dirigir um jornal onde pontificava - o *Intransigente* - e que passou a ser a nova trincheira donde atacava a ala radical do Partido Republicano e, muito em especial o seu mentor. Em traços largos, pode dizer-se que ambicionava para Portugal uma República presidencialista com laivos de corporativista - já que foi o primeiro a imaginar um parlamento onde Juncionassem duas câmaras: a dos deputados e a dos representantes das corporações laborais. Cf. Carlos Ferrão, no prefácio da obra já antes citada, pp. 39-40 e, da sua autoria, *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Pap. e Tipog. Liberty, 1916, pp. 104-116.

(32) Vide Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira Silva, *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano* (texto policopiado), 2.º vol., tese mestrado em História Contemporânea (séc. XX), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2001.

(33) Sobre este período podem consultar-se com grande vantagem vários autores, nomeadamente: A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.º vol., 4.ª ed., Lisboa, Palas Editores, 1977, pp. 273-279; António José Telo, *O sidonismo e o movimento operário português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977; João Medina, *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Cosmos, 1994; José Freire Antunes, *A cadeira de Sidónio ou a memória do presidencialismo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.; Maria Alice Samara, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002; Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-17)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.

passagem pelo Poder do general Pimenta de Castro⁽³⁴⁾. A Monarquia do Norte dividiu o país e as atenções populares. Portugal nunca mais voltou a ser o mesmo. A geração dos primeiros políticos republicanos - aqueles que haviam conduzido os destinos da nação, mesmo até pela simples participação reaccionária - acabou sendo substituída por uma outra manifestamente incapaz de conter a avalanche de descalabro económico e social subsequente ao pós-guerra⁽³⁵⁾. Aos *velhos* políticos de 1910 foram sendo dadas sinecuras que os afastaram da ambição governativa⁽³⁶⁾. Os sete anos de nova *República velha* - de 1919 ao golpe ditatorial de 28 de Maio de 1926 - passaram-se entre conflitos de fraca intensidade política, mas ampla repercussão social, e de grande incidência política e publicidade que chegou a ultrapassar fronteiras⁽³⁷⁾.

O caminho para a ditadura apresentava-se como *lógico* e inevitável, já porque do exterior vinha o exemplo⁽³⁸⁾, já porque internamente o esforço

⁽³⁴⁾ Para uma compreensão clara e completa do que foi o *golpe palaciano* que conduziu ao Poder o general Pimenta de Castro, deve ler-se Manuel de Arriaga, *Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório*, Lisboa, A Editora Lt.ª, 1916.

os) g. É verdade que, por um lado, as reivindicações e os desentendimentos - muitas vezes sem importância decisiva para o bom andamento do negócios públicos - constituíram o elemento de dificuldade governativa, também não se lhes pode assacar, em exclusivo, a culpa do descalabro, pois, com a importação de produtos estrangeiros de que o comércio interno tanto carecia, *importava-se* a inflação e, conseqüentemente o alto custo de vida só suportável pelos, então, designados *novos ricos*.

⁽³⁶⁾ Brito Camacho, tinha 59 anos, foi Alto Comissário em Moçambique de 1921 a 1922. Morreu, em Lisboa, em 1934; Afonso Costa da situação de exilado em Paris passou imediatamente, em 1919, a presidir à delegação portuguesa à Conferência da Paz, transitando para a chefia da delegação nacional na Sociedade das Nações, até 28 de Maio de 1926. Morreu, em Paris, no ano de 1937; António José de Almeida foi Presidente da República de 1919 a 1923, tendo falecido em 1929, na cidade de Lisboa. Já Machado Santos teve sorte bem diferente, porque foi assassinado, na noite de 19 de Outubro de 1921, no largo do Intendente, em Lisboa, na sequência de uma estranha conspiração.

⁽³⁷⁾ Para um entendimento mais completo deste período vejam-se os dois volumes de António José Telo, *Decadência e Queda da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.

⁽³⁸⁾ Deve ter-se em conta que, ainda durante o conflito bélico, a primeira reacção ao sistema capitalista, cujo desenvolvimento liberal teve o seu apogeu no final do século XIX, foi a Revolução Russa de 1917 a qual implantou um

de modernização cultural estava em vias de extinção, dando todas as oportunidades ao implante de um sistema político que oferecesse continuidade à mais atrasada componente da tradição nacional, reabrindo as portas ao domínio da Igreja Católica Romana e ao sonho de um retorno a uma Monarquia ainda bem viva no espírito de muitos.

Convirá perceber que o quadro interno, a traços tão largos acabado de debuxar, tem na vertente da política externa um fortíssimo esteio condicionador de alterações bruscas, que, no entanto, a ala radical do PRP, durante a primeira fase da República, principalmente durante os anos iniciais da guerra, procurou, com maestria, ultrapassar.

4. As dependências externas

Como já referimos, Portugal desde o começo da Revolução Industrial manifestou claramente a sua debilidade económica. Não podia nem conseguia concorrer com os outros países da Europa. Para além de lhe faltar quem quisesse envolver o seu património na actividade industrial nascente no Velho Continente, continuava a preferir-se como garantia de estabilidade e prosperidade económica individual a agricultura à indústria. E, mesmo na agricultura, via-se esta de um modo tradicional onde as inovações mecânicas quase não tinham cabimento. No dealbar do século XX, Portugal cavava fundo o fosso que o separava dos restantes Estados europeus, importando mais do que exportava e as poucas vendas que fazia ao exterior orientavam-se para a Grã-Bretanha - principal fome-

regime onde prevalecia a ideia da colectivização dos meios de produção, apontando a uma economia planificada. Logo de seguida, em Itália, surgiu, no ano de 1922, pela mão de Benito Mussolini, a ditadura do partido Fascista, outra forma de contestação do sistema demo-liberal herdado do século anterior. Em 1923, em Espanha, um golpe militar com o apoio do rei Afonso XIII, levou ao Poder o general Miguel Primo de Rivera que dissolveu o parlamento e passou a governar em ditadura. Na Europa ia-se impondo a ideia de que a democracia da livre concorrência estava em fase de acabamento. Em Portugal, no ano de 1921, fundou-se a revista *Seara Nova* que preconizava um ressurgimento nacional à margem dos partidos políticos - sem que, ainda, estivesse contra eles; em 1923, com a reestruturação do grupo inicial - entrou António Sérgio -- a sociedade ganhou ânimo para intervir activamente na política. Era uma tentativa de *responder* à crise sem aceitar a ditadura.

cedor de quanto se importava -, para Espanha, para o Brasil e, muito pouco, para as colónias africanas.

Naturalmente que este quadro era um reflexo da situação económica interna e, ao mesmo tempo, projectava-se nos orçamentos do Estado e no modo de viver dos portugueses. Tudo isto é bem visível quando se olham os números. Reparemos nos resultados orçamentais, em milhares de libras.

Ano economico ^v	Receita (milhr. de £)		Despesa (milhr. de £)		Saldo (milhr. de £)	
	Orçamd. ⁰	Execut. ⁰	Orçamd. ⁰	Execut. ⁰	Orçamt. ⁰	Execut. ⁰
1910-1911 ^{39 (40)}	14.598	14.408	15.154	14.469	-556	-60
1911-1912	15.558	13.381	15.596	14.584	-398	-1.203
1912-1913	14.855	16.591	15.608	16.473	-753	+117
1913-1914	14.346	14.537	14.161	13.280	+185	+1.257

A situação interna fica bem evidenciada no desgoverno que se continuou, mesmo depois da proclamação da República, e só teve um claro remédio no primeiro Governo de Afonso Costa, com saldos positivos nunca antes conseguidos. Aliás foram tais saldos que vieram confirmar as virtudes de estadista deste político, provando como ele e todas as anteriores reformas por si levadas a cabo durante o Governo Provisório apontavam para a modificação do país. Era o sonho da modernidade. Contudo, se na vertente interna houve alterações, já o mesmo se não pode dizer no plano do comércio externo. Analisemos, de novo, mais números, começando por um quadro, elaborado em milhões de libras, somente para os primeiros quatro anos de República⁽⁴¹⁾.

⁽³⁹⁾ Fonte: A. H. de Oliveira Marques, *História dal.^a República Portuguesa - As estruturas de base*, pp. 466 e 471.

^(4°) Deve esclarecer-se que desde a vitória liberal, em 1834, até 1936 o ano económico desenvolvia-se de 1 de Julho a 30 de Junho do ano civil subsequente.

⁽⁴¹⁾ Fonte: A. H. de Oliveira Marques, *A l.^a República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980, p. 119.

Ano	Importações	Exportações	Défice
1911	13,93	6,97	6,96
1912	15,00	6,90	8,10
1913	16,99	6,74	10,25
1914	12,24	4,79	7,45

Para se aquilatar com maior precisão como era formado o défice, pode olhar-se para alguns dos produtos que entravam na balança comercial de modo a perceber-se a sua formação. Assim, Portugal foi sempre incapaz de produzir a quantidade de trigo e de milho necessária à alimentação dos povos. Atente-se no quadro em baixo que nos mostra as quantidades importadas.

Ano	Milho (ton.) (42)	Trigo (ton.) ⁽⁴³⁾
1911	10.621	6.583
1912	24.177	58.763
1913	104.490	168.918
1914	78.859	141.022

Associados aos cereais estão a importação de máquinas agrícolas indiscriminadas - donde deveria sobressair a modernização produtiva - e o problema dos adubos químicos - que fariam subir a rentabilidade dos solos esgotados por séculos de colheitas dependentes em exclusivo da fertilização vegetal e animal. Uma vez mais analisemos os números para complementar os quadros anteriores.

Ano	Máquinas agrícolas (Kg.) ⁽⁴⁴⁾	Adubos (ton.) ⁽⁴⁵⁾
1911	945.705	142.605
1912	682.818	133.819
1913	1.089.777	104.493
1914	898.852	97.851

(42) ponte: Vasco Pulido Valente, *Tentar Perceber*, p. 169.

(43) Fonte: A. H. de Oliveira Marques, *História dal.ª República Portuguesa - As estruturas de base*, p. 140.

(44) Fonte: *Idem*, *ob. cit.*, p. 117.

(45) Fonte: Vasco Pulido Valente, *ob. cit.*, pp. 167-168

Continuando neste breve levantamento da situação económica nacional nos primeiros anos da República e para dar urna clara noção da dependência do estrangeiro vamos, antes de tirar algumas conclusões e aventar hipóteses, debruçarmo-nos sobre o problema energético de então, fazendo o ponto sobre os combustíveis sólidos⁽⁴⁶⁾, base da fraca produção eléctrica da época, mas fonte imprescindível para os transportes marítimos, fluviais e ferroviários.

Ano	Carvão vegetal (ton.)	Antracite, hulha e lenhite (ton.)	Carvão de coque (ton)
1911	4.818	1.148.334	33.431
1912	3.324	1.336.769	37.237
1913	3.049	1.351.820	40.209
1914	1.253	1.177.402	33.714

Com os poucos exemplos deixados, fica evidente que Portugal, embora conseguindo o equilíbrio financeiro, jamais conseguiria, em poucos anos, o milagre económico de que carecia. Havia no país um largo investimento estrangeiro - desde os transportes ferroviários até ao gás de cidade, passando pelos telefones, transportes eléctricos de Lisboa, produção de energia para consumo urbano, transportes marítimos, tudo estava nas mãos de companhias europeias - especialmente belga, francês e inglês que repartia no final de cada ano pingues dividendos pelos accionistas, sem que os benefícios para Portugal fossem significativos e com repercussão ínfima no tecido social. À finança portuguesa pertenciam algumas casas bancárias e um império nascente - a Companhia União Fabril (CUF) - cujo empresário, Alfredo da Silva, privilegiava os bons entendimentos com o capital internacional, em especial germânico⁽⁴⁷⁾.

⁽⁴⁶⁾ Fonte: *Idem, ob. cit.*, p. 172.

⁽⁴⁷⁾ Será curioso notar como a imprensa da época, nos dias seguintes à declaração de guerra da Alemanha a Portugal - 9 de Março de 1916 -, se referem ao facto de Alfredo da Silva ter estado entre os poucos portugueses que se foram despedir do barão von Rosen, ministro germânico em Lisboa, no momento do seu regresso a Berlim por via férrea. É de realçar, também, o apoio que o mesmo industrial deu a Sidónio Pais e aos revoltosos da sinistra noite de 19 de Outubro de 1921. Já muito antes, aquando da ditadura do general Pimenta de Castro, Alfredo da Silva tinha sido um dos que lhe haviam mostrado toda a sua simpatia. Este industrial fez questão de nunca esconder os seus bons entendimentos com

O início da guerra, mas mais do que tudo, a percepção de que o conflito não se ia resolver em poucos meses, como era voz corrente ainda antes do Natal de 1914, terá tido uma forte influência no pensamento económico de José de Castro⁽⁴⁸⁾ e de Afonso Costa, fazendo-lhe antever a possibilidade de alteração do rumo da economia portuguesa⁽⁴⁹⁾, aproveitando circunstancialismos momentâneos com vista a uma modernização necessária, mas tardia. Vejamos como.

Ainda na vigência do Governo de José de Castro foram dez os diplomas aprovados, de natureza económica, que marcavam já uma perfeita intenção de intervir na livre concorrência do mercado, quando era hábito deixar aos privados esse papel. Assim, definiram-se proibições de exportação de produtos e matérias-primas diversas necessários às indústrias têxtil, de curtumes, das conservas de peixe (reservando o minério de estanho para a indústria nacional), açucareira e metalúrgica; organizaram-se os serviços de fiscalização do fabrico e importação de adubos agrícolas (que foram muito exportados durante a guerra). Mas no capítulo dos adubos foi-se muitíssimo mais longe, pois legislou-se no sentido do Estado poder apossar-se, quando o julgasse conveniente, das fábricas destes ou de produtos químicos. Era o princípio de uma nova era, até então nunca vista, no Portugal do demoliberalismo.

Se a intervenção económica de José de Castro foi já notável para o seu tempo, a de Afonso Costa, que lhe sucedeu na gestão nacional, marca a diferença. Realmente, logo no começo de Dezembro de 1915 deliberou-se que a exportação de volfrâmio só se faria para Inglaterra; proibiu-se a exportação de certos artigos de algodão por servirem para fabricar

os monárquicos e com todas as soluções políticas que propugnassem uma marcada viragem à direita da política portuguesa, como foi o caso do golpe de 28 de Maio de 1926. (Vide "Alfredo da Silva", in *Dicionário de História do Estado Novo* (dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 904)

⁽⁴⁸⁾ Ter-se-á de levar em conta que, na sequência da revolução de 14 de Maio de 1915 - que derrubou o governo de tendências ditatoriais do general Pimenta de Castro -, José de Castro ao aceitar chefiar um novo gabinete o faz em concordância com o *Partido Democrático* a qual mais se acentua ao constituir novo ministério por impossibilidade física de Afonso Costa assumir a responsabilidades governativas.

m para uma análise um pouco mais pormenorizada veja-se o nosso estudo *Portugal na Grande Guerra. Razões Económicas de Beligerância*, Lisboa, sep. da *Revista Militar*, 1985, 53 pp.

pólvora. Daqui nasceu o Decreto n.º 2149, de 29 de Dezembro, que dava amplos poderes ao Ministro das Finanças para autorizar ou limitar as exportações de modo a favorecer as indústrias nacionais, tendo em vista o bom andamento da economia. Numa análise cuidada deste diploma percebe-se que havia a intenção de normalizar a legislação sobre exportações e importações e, ao mesmo tempo, a de proteger as indústrias têxteis, conserveiras da construção civil e madeireiras, além de garantir exportações agrícolas tradicionais e rendosas, sem, contudo, deixar de atender às necessidades alimentares mais essenciais das populações.

Incentivou-se a produção da batata e proibiu-se a venda de dois navios mercantes, obrigou-se ao cultivo do trigo a todos os proprietários de terras que fossem apropriadas àquela cultura e regulou-se a do arroz.

Em poucos meses, os dois Governos de cariz beligerante adoptaram medidas económicas fundamentais - algumas quase inéditas entre nós - de maneira a tentar suprir carências internas e aproveitar um conjunto de oportunidades que surgiam no mercado internacional, nomeadamente no dos têxteis e das conservas alimentares⁽⁵⁰⁾. Era saltar para a modernidade quando na Europa toda a economia estava essencialmente virada para o esforço de guerra; era uma oportunidade única de enriquecimento do tecido empresarial para, no pós-guerra, estar em condições de um relançamento que permitisse a Portugal ocupar uma posição até à altura nunca conseguida.

Fazer mais, em tempo de guerra e de austeridade, era difícil.

5. A beligerância - motor para a modernidade

Entre nós, como é sabido, nos meios onde o problema da beligerância portuguesa na Grande Guerra se discute, ainda se dividem as opiniões quanto às motivações que conduziram as nossas tropas aos campos de batalha europeus. Provámos, em 1991, pela primeira vez no meio académico,

⁽⁵⁰⁾ Para uma apreciação mais pormenorizada das medidas adoptadas consulte-se a nossa obra *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001, pp. 216-230 e 237-257. Pode, e deve, conjugar-se este conjunto de informações com as constantes no nosso trabalho já anteriormente referido. Podendo considerar-se, simplesmente, "medidas proteccionistas" não nos repugna aceitá-las como esboços paradigmáticos da definição de um Estado-providência embrionário e ainda não teorizado.

com a dissertação de mestrado em Estratégia, que as motivações se colocaram nos planos endógeno e exógeno, interligando-se de forma indissociável⁽⁵¹⁾. Nesse trabalho de profunda análise da situação política e social da República nos seus relacionamentos internos e externos, não levámos o estudo tão longe quanto desejávamos por falta de tempo, de meios financeiros e de adequação ao grau académico a que nos candidatávamos. Faltou-nos a investigação profunda da vertente económica e da de natureza cultural, pois ainda hoje - e cada vez mais - continuamos convencidos de que estas duas perspectivas estiveram fortemente ligadas às motivações políticas para tornar o país beligerante. Naturalmente, não se encontram com facilidade documentos que sustentem a argumentação que dá corpo à nossa hipótese, todavia, a História também se faz de indícios que a lógica entretece até que a prova seja concludentemente irrefutável. É partindo deste pressuposto que justificaremos o desenvolvimento seguinte.

1. *A beligerância como factor de aceitação*

Portugal foi, cronologicamente, a segunda República no começo do século XX, na Europa e teve dificuldades de reconhecimento *de jure* por parte da Grã-Bretanha⁽⁵²⁾, país que, na altura, no Velho Mundo, pautava os comportamentos internacionais. Uma nova República era, por muito insignificante que o país fosse no contexto europeu, uma ameaça, pífio exemplo que propagava. As velhas Monarquias olharam Lisboa com justificada desconfiança, tanto mais acentuada quanto só se apercebiam do radicalismo do Governo Provisório sem lhe entenderem os fundamentos e justificações sócio-culturais.

O tempo mediado entre Outubro de 1910 e Agosto de 1914 foi curto e conturbado, tanto interna como externamente⁽⁵³⁾. Andava no ar já um clima de possível conflito militar de largas proporções⁽⁵⁴⁾. As chancelarias

⁽⁵¹⁾ Cf. *O Fim da Ambiguidade*, já citado.

⁽⁵²⁾ Veja-se a este propósito a exposição sintética de José Calvet de Magalhães, *Breve História Diplomática de Portugal*, 2.^a ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990, pp. 217-220.

⁽⁵³⁾ Sobre as origens da eclosão da guerra pode ver-se, com vantagem, James Joli, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, pp. 255-293.

⁽⁵⁴⁾ Foi a época do receio de qualquer actuação de Espanha sobre Portugal. Vide de Hipólito de la Torre Gómez, *Conspiração Contra Portugal (1910-1912). As Relações Políticas Entre Portugal e Espanha*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

olhavam para Portugal ainda sob o prisma de urna hipotética restauração monárquica se as condições internas dessem oportunidade e Londres cedesse a tal desejo⁽⁵⁵⁾. Mas o Governo inglês, depois do reconhecimento da República, foi intransigente na manutenção do auxílio diplomático a Lisboa.

Ainda que, em Portugal, os defensores da beligerância nos campos de batalha europeus correspondessem aos políticos desejosos de igualar a soberania nacional à britânica, acabando com uma tutela julgada infame, o certo é que não dispensavam os bons ofícios do ministro dos negócios estrangeiros inglês para defender a independência e o regime nacional. Donde, qualquer entendimento entre Lisboa e Londres no sentido de transformar Portugal num Estado beligerante, defensor dos ideais propalados pelos Aliados, era catapultar o país na consideração internacional e, consequentemente, na das Monarquias reinantes. Assim, mais do que empenhar uns largos milhares de soldados nas trincheiras, a beligerância constituía uma estratégia de elevação e reconhecimento de Portugal na Europa, quiçá no mundo.

2. *A beligerância como factor de contacto*

Fruto de uma política de isolamento em relação aos problemas geopolíticos, geoestratégicos e conjunturais da Europa, a qual foi sendo praticada, com raríssimas excepções, desde a segunda metade do século XVII até ao início do século XX⁽⁵⁶⁾, Portugal mostrou uma maior apetência para se centralizar no Atlântico e nas terras de além-mar.

⁽⁵⁵⁾ Bem recentemente, e em reforço das *Memórias Políticas* de José Relvas, já citadas, Jorge Morais publicou a obra *Com permissão de Sua Majestade. Família Real Inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, s. 1., Via Occidentalis Editora, Lt.ª, 2005, onde, especialmente a pp. 158-164 vem demonstrar quanto a Grã-Bretanha não se opôs à mudança do regime político português, ainda que com sérias reticências quanto à amplitude das mudanças e à possibilidade de se derramar sangue inútil.

⁽⁵⁶⁾ Pode dizer-se que a Guerra da Sucessão de Espanha, a da Sucessão da Áustria e a dos Sete Anos, ao longo do século XVIII, passaram quase marginalmente por Portugal, ainda que, na primeira das citadas, tenha havido um mais forte envolvimento, em consequência dos perigos de uma perda da independência. O século XIX foi, para a política nacional, um tempo de declaração de sucessivas

Apercepção que os republicanos tiveram da insegurança que pesava sobre as colónias, gerada em Londres, tanto em 1890, aquando do ultimato inglês, como, anos mais tarde, em 1898, nas negociações, que se preterderam secretas, entre a Grã-Bretanha e a Alemanha para a partilha dos territórios africanos em posse de Portugal, firmou-lhes a certeza de que, não podendo dispensar o contributo daquela aliada, tinham de a olhar como potencial ameaça, em simultâneo. Era e foi um entendimento ambíguo, pleno de subtilezas e grande astúcia⁽⁵⁷⁾.

Uma tal insegurança propiciava a concretização de dois objectivos: por um lado, começar a tomar atenção à política europeia, pois era no Velho Continente que se decidia o futuro de África, mesmo até o das restantes áreas de expansão colonial; por outro, havendo a oportunidade de fazer participar um largo número de militares portugueses na Europa isso arrancava todo o contingente, desde os oficiais até aos mais modestos soldados, de uma condição hiper periférica e ultra provinciana para o meio cosmopolita de França ao lado das forças britânicas. Tratava-se de uma estranha forma de aculturação, mas, sendo estrategicamente necessária, suplantava de longe as tradicionais expedições militares para África ou mesmo para a Índia.

Os oficiais, habituados ao pacato e rotineiro serviço dos aquartelamentos, iam sofrer um forte desafio, tanto por necessidade de se igualarem em eficiência aos seus congéneres britânicos, como por, ao estarem em

neutralidades, com exclusão da malograda campanha do Rossilhão (vvida no ocaso da centúria anterior) e das Invasões Francesas. Na guerra anglo-boer, no final do século XIX, a usual neutralidade foi substituída, a pedido de Londres, por uma *neutralidade ambígua*. Este comportamento "insularizante", Atlântico e ultramarino, justifica-se, em nossa opinião, segundo várias perspectivas, não sendo despciendas a importância da aliança luso-britânica para garantir a posse das colónias e afastar cobiças inoportunas, nem o facto de ser nela que encontrava esteio a defesa da independência e soberania nacionais em relação a qualquer intento menos límpido de Madrid. Assim, Lisboa, não criava constrangimentos à política de liderança da Grã-Bretanha na Europa nem lhe fazia frente nos mares, onde, aliás, já tinha perdido poder e só lhe restava uma subalterna cooperação.

⁽⁵⁷⁾ Para se compreender toda a extensão do sentir dos elementos que compunham o Governo Afonso Costa, em vésperas da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, basta consultar as actas dos conselhos de ministros, compiladas e publicadas por A. H. de Oliveira Marques, *O Segundo Governo de Afonso Costa (1915-1916) Actas dos Conselhos de Ministros*, s.l., Publicações Euro pa-América, 1974, pp. 98-110.

contacto com populações francesas, terem de rever o linguajar daquele idioma, quer ainda por irem contactar com novos hábitos e formas de viver o dia-a-dia.

Ao nível dos soldados, então, a surpresa e ruptura seria muitíssimo mais profunda visto terem de aprender a fazer-se entender numa língua estrangeira fosse ela a inglesa ou a francesa. Para além do mais, iriam, com os olhos de campónios com que partiam de Portugal, olhar os trabalhos agrícolas, em França, de uma maneira bem diferente⁽⁵⁸⁾. Há, ainda hoje, bilhetes postais que denotam este confronto cultural que só pode ter sido benéfico para os mais de cinquenta e cinco mil homens deslocados do rincão pátrio⁽⁵⁹⁾ e deixados nas trincheiras, aldeias, vilas e cidades de França, porque a guerra não se fez só no *front*, enterrado na lama e sujeito às intempéries da região entre Armentières e Béthune; a presença portuguesa vinha - naturalmente, decrescendo em número - desde as primeiras linhas até à costa marítima.

O texto coevo de Menezes Ferreira dá-nos, agora, testemunho do impacto cultural havido no encontro entre os soldados portugueses e aldeões franceses.

"De começo, ao distribuírem-se os soldados em grupos de vinte pelos palheiros das 'férmes', eram estes recebidos com certo retraimento pela população civil. A breve trecho porém, 'João Ninguém', de falas mansas e de olhar inteligente, começa a captar a boa gente das aldeias. E então, é nessas longas palestras ao canto do lume, rodeado por toda a gente da casa, manobrando à maravilha a linguagem do 'pas compris', que, diante de uma boa malga de café, tasquinhando uma grossa 'tartine' com 'confiture' de ruibarbo, dá largas à afectibilidade do seu carácter franco e leal.

⁽⁵⁸⁾ É curioso notar que, no período de instrução inicial na Flandres, distantes da frente de combate, os soldados, nos momentos de repouso, muitas vezes, ajudavam, de livre vontade, os agricultores franceses nos seus trabalhos. Isso, além de constituir uma forma de mitigar a saudade da terra distante, colocava-os em um plano de aprendizagem de técnicas algumas delas suas desconhecidas.

⁽⁵⁹⁾ Os mais conhecidos são o intitulado *Demoiselle de trench*, representando o desenho caricatural de um soldado escocês, trajando o tradicional *kilt* e o da fotografia de um soldado inglês e outro português lado a lado. Alguns exemplos gráficos do encontro cultural de Portugueses e Britânicos são-nos, ainda hoje, oferecidos pela obra ilustrada do Capitão Menezes Ferreira, *João Ninguém Soldado da Grande Guerra. Impressões humorísticas do CEP*, 2.^a ed., Lisboa, Folhas & Letras, s. d. (2003).

Ajudando de bom grado os civis nos seus trabalhos do campo, foi naquelas boas /fêrmes/ com o seu 'fumier ' atulhado de estrume, a arribana onde se recolhem as vacas, a cavalaria onde descansa o manso e gigantesco cavalo do 'Boulonais', que aprendeu a ver mais longe e melhor.

E assim, por este desinteressado auxilio prestado aos camponeses, pela sua boa conduta, pelas afinidades da sua linguagem com o emaranhado 'patois' destas regiões, é o nosso João Ninguém mimado pelas boas velhotas de touca branca, sendo esse o primeiro passo para se insinuar no coração das 'mademoiselles', essas moças que trazem no seu olhar o azul dos nossos céus.

E o seu discurso de arranjar namoro é sempre o mesmo: 'Mademoiselle' vous fiancé moi après la guerre finie?...

E assim, amorudo e volúvel, namoriscando todas essas meninas das 'fêrmes' que se deixam seduzir pelos seus olhos negros, não admira pois" que, mais tarde, algum 'petit portugais' seja gentil 'souvenir' da sua passagem pela França"⁽⁶⁰⁾.

O reflexo do impacto cultural não foi só sentido em terras gaulesas, mas chegou, quais réplicas sísmicas, a Portugal. Com efeito, nas nossas inúmeras consultas à documentação do Corpo Expedicionário Português (CEP), foi-nos possível, ao longo dos anos, ir descobrindo situações algo caricatas, mas que merecem ser recordadas por traduzirem um fenómeno de tangencial aculturação reflectida nas nossas províncias. Topámos com casos em que as mulheres tentavam a alteração dos regulamentos quanto aos valores das pensões deixadas pelos maridos para a sua sobrevivência, argumentando que eles, em França, ainda ficavam com dinheiro suficiente *para andarem na pouca vergonha com as francesas*, ou casos em que os sargentos pagadores, não tendo sido mobilizados, sugeriam *a boa vida que "eles" por lá levavam pavoneando-se com as madames*.

O contacto com os soldados e as populações nem sempre foi tão pacífico quanto o descrito anteriormente. Efectivamente, significativo número de rixas houve entre portugueses e ingleses, acabando estes, por hábito, feridos pelas navalhas - arma preferida dos oriundos das terras lusas. Tal clima foi mais vulgar depois da derrocada de 9 de Abril de 1918. Os homens estavam desesperados, em consequência do abandono a que haviam sido votados pelo Governo de Sidónio Pais.

⁽⁶⁰⁾ *Oh. cit*, pp. 28-29.

3. Os intelectuais e a beligerância

Se até agora tem sido nossa preocupação perspectivar a beligerância como factor de modernização dos Portugueses, apoiando-nos substancialmente em indícios e menos em documentos escritos, parece-nos oportuno tentar verificar como os intelectuais - ou uma parte significativa da intelectualidade nacional - via o mesmo problema. Deste modo, teremos sustentáculos para a hipótese que colocámos. Esses depoimentos foram compilados na época da declaração de guerra na revista *A Águia*⁽⁶¹⁾ *, editada pela Renascença Portuguesa, sociedade integrante do movimento regenerador da mentalidade nacional, fazendo da República o regime político capaz de conseguir essa renovada consciência colectiva.

Teixeira de Pascoais, no ensaio que intitulou "A Guerra", diz a certa altura: "Foi o nosso Passado que nos lançou na guerra, a fim de garantir o nosso Futuro. O Passado vela pelo Futuro."⁽⁶²⁾ É curiosa esta ligação de uma grandeza, que vem de outros tempos, com a beligerância tendo como objectivo sustentar um *novo* futuro tão admirável e digno de respeito como havia sido o pretérito.

Henrique Lopes de Mendonça, intitulou a sua contribuição de modo significativo: "A Peçonha Germânica" e não tem reboço em afirmar "Ora, a presente guerra, revulsivo violento, exerce uma obra de saneamento espiritual"⁽⁶³⁾. Em frase tão sintética está sustentada a crença nos valores que, transcendendo a dor e o sofrimento, se transmutam em novas e mais saudáveis formas de expressão da vivência humana. Lopes de Mendonça parece apostado em aproveitar tal mudança para encaminhar Portugal na senda da modernidade de modo a conseguir, outra vez, que a admiração do Colossal seja substituída pela do Belo.

No artigo ousadamente intitulado "Bendita Guerra", Marcelino Mesquita, em traços diluídos, realça a importância prática da beligerância nacional: "A situação actual da nossa terra desvenda-nos um futuro político que os nossos estadistas jamais teriam alcançado: - uma libertação; o acordar

(61) Foram juntos em um só volume os números 52, 53 e 54, relativos aos meses de Abril, Maio e Junho de 1916, subordinando-o ao título genérico *Portugal e a Guerra*.

<62> *Ob. cit.*, p. 109.

(63) *Ob. cit.*, p. 141.

de um pesadelo de morte certa; alforria de uma escravidão que seria fatal.⁽⁶⁴⁾ Se o autor parece referir-se à dependência da Grã-Bretanha, julgamos, poder-se-á, também, entender das suas palavras a libertação das grilhetas do obscurantismo e da ignorância com as quais o Povo estava manietado.

Mais clara, talvez até transparente, é a expressão de Leonardo Coimbra: "Portugal tem graves pecados contra o Espírito. Debate-se entre um tradicionalismo de pura repetição, sem alma, sem drama e sem mérito portanto, e um actualismo materialista, um impulso para diante, uma permanente intranquilidade, uma extensiva sucessão de momentos [...]. É o sacrifício da nossa menor vida de hoje à maior vida do futuro, à grande vida da Pátria; é o cumprimento do grande dever religioso de contribuir para que a vida terrestre se não apouque e degrade num servilismo sem nobreza, num orgiaco movimento sem entranhas, nem idealidade"⁽⁶⁴⁾ ⁽⁶⁵⁾.

Mayer Garção, no artigo intitulado "O Direito e a Força", coloca a beligerância de uma maneira curiosa e claramente verdadeira, demonstrativa de quanto para Portugal era importante fazer parte do grupo dos Aliados: "Na guerra actual chocam-se duas ideias e chocam-se duas culturas. As ideias são a do Direito e a da Força. A estas ideias correspondem as duas culturas. [...] Os povos aliados combatem pelo Direito. O direito é independência, é liberdade, é futuro. É ideal [...]. Portugal também combate pelo Direito [...]. Tínhamos de que entrar nesta guerra porque a ela nos levaram todas as inspirações do Direito"⁽⁶⁶⁾. Está bem clara a directriz do seu raciocínio: o progresso como linha comum a ser atingida, também, pelo nosso país.

Augusto de Castro sintetiza, com palavras simples, o pensamento de alguns dos anteriores intelectuais: "A crise portuguesa é sobretudo uma grande crise de fé e ideal [...]. Integrados na guerra, integramo-nos novamente no nosso velho e abandonado destino, que foi um destino de Ideal e de Espírito"⁽⁶⁷⁾. Era a aposta em uma actualidade cora a grandeza de um passado que havia suscitado a admiração dos Estados europeus nos séculos XV e XVI!

⁽⁶⁴⁾ *Ob. cit.* p. 132.

⁽⁶⁵⁾ Artigo intitulado "O Sentido da Guerra", in *ob. cit.*, pp. 151-152.

⁽⁶⁶⁾ *Ob. cit.*, pp. 139-140.

⁽⁶⁷⁾ *Ob. cit.*, p. 153.

Véja-se como são actuais as palavras de Teófilo Braga e como vão no sentido de todos os arautos que hoje clamam pela integração de Portugal no projecto europeu: as Civilizações⁽⁶⁸⁾ ⁶⁹ da Europa, *elaboradas em focos independentes e coexistentes, têm de activar as suas energias pelo concurso simultâneo. É este o destino da Europa, e dele derivará o seu equilíbrio definitivo*^m. Se Teófilo Braga - em consequência da tese aqui enunciada - poderia figurar na galeria dos propugnadores da unidade europeia, não é estultícia admitir que na sua afirmação estava implícita a necessidade de modernizar Portugal e os Portugueses para lhes ser permitido partilharem o "equilíbrio definitivo".

Repare-se como, usando uma forma de expressão característica da época, João de Barros dá corpo à ideia de que a entrada no conflito é um processo de partilhar o futuro com as nações mais evoluídas da Europa e, ao mesmo tempo, fazer progredir a mentalidade de um povo - o português - afastado dos grandes problemas continentais que se viviam além-Pireneus: "Todos nós - artistas, poetas, escritores, educadores, críticos - que somos os naturais defensores da mais alta expressão do espírito da raça, na suprema floração da sua cultura e do seu ideal, não podemos senão aplaudir com inexprimível orgulho a situação internacional portuguesa. *Sobre todos nós ela reflecte-se, esplendidamente, trazendo-nos uma mais profunda consciência da nossa missão, missão de arte e de patriotismo; [...]*"⁽⁷⁰⁾.

Por fim, neste breve apanhado de alguns dos colaboradores desse número especial de *A Águia*, seleccionámos, para não sermos exaustivos, a opinião de Aurélio da Costa Ferreira o qual, ao transcrever o pensamento de um político francês, quase cirurgicamente, vai ao encontro da hipótese que procuramos deixar explicitamente contornada neste trabalho, ao afirmar: "A guerra tem vantagens. Entre outras a de permitir, como há

⁽⁶⁸⁾ Aqui, e fruto da época, "civilização" assume o conceito que hoje atribuímos a "cultura" e que se podia traduzir por um outro bem mais político e actual: "nacionalismo", atendendo à explicação que o autor, entre vírgulas e complementarmente dá, logo de seguida.

⁽⁶⁹⁾ Ensaio intitulado "Qual será o novo equilíbrio europeu?", in *ob. cit.*, p. 112. Os sublinhados em itálico são da nossa autoria para realçar a actualidade do pensamento de Teófilo Braga enquanto precursor de uma Europa de nacionalidades distintas, mas cooperantes rumo ao equilíbrio que poria fim a todas as guerras neste espaço geográfico.

⁽⁷⁰⁾ Artigo intitulado "Os artistas e a guerra", in *ob. cit.*, p. 138. Os sublinhados são da nossa autoria.

tempos dizia Léon Bourgeois⁽⁷¹⁾ ⁷² ⁷³, 'resolver problemas, suscitar reformas, e criar novas e úteis instituições⁽⁷²⁾. Parece-me que é sobretudo destas vantagens que nós devemos curar.⁽⁷³⁾

Os colaboradores de *A Águia* estavam longe de representar toda a intelectualidade nacional⁽⁷⁴⁾. Sem dúvida! Todavia, constituíam, na altura, a linha mais progressiva desse todo, aquela que, talvez um pouco sebastiamente, acreditava no *milagre* da mutação das mentalidades por simples mudança de certas estruturas levada a cabo pelos políticos mais ousados e mais cômicos não só da sua missão, mas da necessidade de alterar hábitos, maneiras de agir e pensar atávicas e enquistadas na grande maioria da população, mais de metade dela analfabeta⁽⁷⁵⁾. A entrada na guerra constituía uma nova oportunidade para avançar rumo ao objectivo de modernização do país olhado na perspectiva económica, técnica, social ou cultural. Abelige-rância foi vista como o corte com um passado recente que envergonhava, e uma oportunidade de saltar para um futuro que engrandecia. Contudo, as forças da reacção souberam tirar partido da conjuntura de guerra vivida pelas populações⁽⁷⁶⁾ e assenhorearem-se das cadeiras do Poder, gorando o sonho de todos quantos tinham acreditado na mudança.

(71) Nasceu, em Paris, no ano de 1851 e morreu, em Orger, no Mame, em 1925. Foi ministro doze vezes, chegando a ser presidente do Conselho. Esteve na origem da promoção da Sociedade das Nações e recebeu o Prémio Nobel da Paz, em 1920.

(72) Que mais procuravam os republicanos radicais portugueses, como antes procurámos provar, do que exactamente atingir este ponto de ruptura?

(73) Ensaio intitulado "Em guerra", in *ob. cit.*, p. 163.

(74) Consulte-se a obra já citada de Maria Rita Garnel, pp. 113-117, para perceber o pensamento de Sebastião de Magalhães Lima em face do conflito bélico e de como ele poderia ser um instrumento de progresso.

(75) 69,7%, em 1911. Cf. A. FL de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 2.º vol., p. 46.

(76) Será conveniente recordar o problema das carências alimentares, dos açambarcamentos, das fortunas feitas em pouquíssimo tempo fruto da especulação, da aceleração inflacionista. Se todos estes factores instabilizantes foram significativos para a definição de uma conjuntura adversa à beligerância, é importante perceber como eles não eram exclusivos do país, pois na vizinha Espanha, gozando da neutralidade, o panorama era igual ou pior, embora nunca tenha sido explicado aos Portugueses que beligerante ou neutral o país sofreria sempre as consequências da guerra fruto do facto de se ter operado uma mudança nas consequências dos conflitos; essa mudança foi o resultado do novo tipo de confronto armado: a "guerra total" (sobre o assunto veja-se Général Ludendorff, *La Guerre Totale*, Paris, Ernest Flammarion Éditeur, 1936).

4. A alteração ao projecto

Nos primeiros dias de Dezembro de 1917, o antigo ministro plenipotenciário de Portugal em Berlim, major doutor Sidónio Pais, professor catedrático da Universidade de Coimbra⁽⁷⁷⁾, chefiando um movimento revolucionário de grande envergadura, derrubou o Governo de Afonso Costa e fez seguir para o exílio o Presidente da República, doutor Bernardino Machado.

Não vamos enveredar pela explicação do que foi esse tempo de ruptura⁽⁷⁸⁾ com um caminho que vinha a ser traçado pela ala mais radical dos republicanos. No entanto, é de toda a conveniência que se perceba que, ao recuar perante a vontade britânica quanto ao empenhamento das forças militares nos campos de batalha da Flandres⁽⁷⁹⁾, Sidónio Pais pactuou, no plano interno, com os movimentos mais chegados à deposta

⁽⁷⁷⁾ Para uma compreensão mais actual da personalidade política de Sidónio Pais é aconselhável a consulta da obra já citada, da autoria de Miguel Nunes Ramalho, *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-17)*.

⁽⁷⁸⁾ Ainda continua a ser, no plano apologético de Sidónio Pais, imprescindível a consulta de um dos seus mais fiéis seguidores - Teófilo Duarte - *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, s. d. (1941?). O antigo diplomata em Berlim foi, tanto no plano político como no cultural, um elemento desestruturante pois, em República, demonstrou que se podia governar contra os partidos, apoiado no voto popular capaz de legitimar, com tanto ou mais valor, um Presidente ou um Rei. Ele desestrutura porque, apelando directamente às massas, invalida a democracia representativa nascida do liberalismo, para validar o poder pessoal sufragado nas ruas e nos comícios. É nesta medida que se pode considerar um precursor dos grandes ditadores do século XX: não interessa o regime - Monarquia ou República -, porque importante é o projecto pessoal que sublima o projecto do inconsciente colectivo consubstanciado no Estado, na Pátria ou na Nação.

⁽⁷⁹⁾ Sobre a tomada do Poder e os apoios de Sidónio Pais temos desenvolvido uma hipótese que já largamente demos à estampa ao longo dos tempos. Na verdade, julgamos que o chefe da Missão Militar Britânica junto do ministro daquele reino em Lisboa, o general Barnardiston, terá dado um largo auxílio ao futuro ditador. Tê-lo-á feito à revelia do *Foreign Office*, mas com o apoio descarado do *War Office*. Sobre a hipótese ainda não demonstrada consulte-se, da nossa autoria, "Revolta sidonista. A Grande mudança", in *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp. 393-395 e 400-403 ou, mais explicitamente, *General Tomás García Rosado. O outro comandante do C.E.P. França 1918-1919*, Lisboa, Prefácio, no prelo.

Monarquia e à ultra conservadora Igreja Católica, impondo o ruralismo contra o cosmopolitismo. Essa é a essência do lado pior do consulado do "Presidente-Rei". A boçalidade tomou conta dos destinos do país, a mesquinha visão de que a defesa das colónias se fazia nas colónias ganhou foros de cidadania.

Sidónio Pais e o *Dezembrismo* são culpados perante a História de terem aberto as portas às poderosas manifestações de força de uma surda e, até ao momento, titubeante oposição conservadora. O fim da guerra apanhou as tropas portuguesas incapazes de se imporem como exército coerente e digno de alinhar com efectivos com significado ao lado dos Aliados⁽⁸⁰⁾. Essa humilhante situação a que se chegou no plano militar - por o Presidente da República e Chefe do Governo ter pactuado com a vontade do *War Office* - correspondeu internamente à ascensão dos políticos que defendiam a tradição, o mesmo é dizer, o obscurantismo e a ignorância populares. Aliás, dois elementos são fundamentais para perceber isto mesmo: a impossibilidade de conceber a continuidade de Sidónio Pais à frente dos destinos de Portugal depois do armistício - a eliminação física do Presidente era inevitável; e a Monarquia do Norte.

Em relação ao primeiro, ter-se-á de tomar em devida conta o facto de, em doze meses de governo, em concomitância com um fenómeno de exaltação popular, estar a verificar-se uma ruptura e divisão dos apoios políticos de Sidónio - as juntas militares do Norte, as movimentações monárquicas e a insatisfação sindicalista, são os indícios evidentes de como, mais tarde ou mais cedo, o Presidente teria de cair para dar lugar ou à anarquia ou a uma nova estrutura política capaz de sustentar a avalanche de reivindicações sociais que pululavam por todo o país. A Monarquia do Norte foi a conclusão de um processo desencadeado por Sidónio que se aproveitou do vazio de Poder subsequente à sua morte, mas que,

m Veja-se, oportunamente, o nosso trabalho antes citado e ainda no prelo *General Garcia Rosado [...]*. Ali damos conta do estado caótico a que chegaram as forças nacionais e os esforços diplomáticos e militares desenvolvidos por Garcia Rosado que, embora de matriz ideológica monárquica, compreendeu a importância da presença portuguesa na frente de batalha com toda a dignidade que impunha um emparceiramento com Franceses e Ingleses. Sobre o descalabro a que chegaram as forças do C.E.P., também da nossa autoria, pode ser consultada a obra *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França. 1917-1918*, Lisboa, Prefácio, 2003, 126 pp.

mesmo na hipótese académica de não ter ocorrido, estamos convictos, viria a acontecer por necessidade de provocar a queda do Presidente e, em simultâneo, aproveitar o clima favorável ao regresso a um passado que nem D. Manuel II acreditava possível.

A conjuntura económica de verdadeiro descalabro - tanto na Europa como em Portugal - que se seguiu ao armistício foi favorável à perda do projecto tão acarinhado por Afonso Costa e por outros políticos e intelectuais conscientes da necessidade do Povo ultrapassar os efeitos herdados do Tribunal do Santo Ofício, da acção da Companhia de Jesus e da prática de uma religião que, ao contrário de apontar a salvação pelo encontro da Luz, encaminhava os crentes na direcção da obscuridade cultural. Quase cinquenta anos de ditadura conservadora e provinciana completaram um quadro de atraso do qual ainda agora todos nós tentamos recuperar.

6. Conclusão

Foi nosso intuito, ao longo das páginas anteriores, admitir que a participação de Portugal na Grande Guerra terá feito parte de uma estratégia - pensada como tal ou simplesmente resultante do facto de ter tomado parte no conflito - complementar da que havia sido traçada no dealbar da República, visando o salto da sociedade portuguesa para a modernidade europeia. Tema de demonstração difícil no limite de espaço disponível, gostaríamos que tivesse ficado esboçado como tese - ou, mais apropriadamente, como hipótese - para futuro aprofundamento.

Começámos por enquadrar a República e a sua proclamação no contexto de uma Monarquia a esboroar-se e na qual já quase ninguém acreditava. Julgamos ter evidenciado o quanto de idealismo, quase sebastianista, houve nas linhas de acção dos republicanos mais radicais logo nos primeiros momentos, em 1910-1911 e como se repercutiu esse esboço onírico na beligerância portuguesa. Demos uma breve visão da dependência económica de Portugal e do estado da sua precária economia. Admitimos ter conseguido com alguns, poucos, indícios e mais fartos depoimentos de intelectuais adeptos da intervenção activa de Portugal nos campos de batalha, em França, admitimos, dizíamos, ter fornecido algumas bases à nossa pretensão. Não nos satisfaz completamente o desenvolvimento alcançado; gostaríamos de o ver mais desenvolvido, mais explorado através de um estudo transversal, que, ultrapassando o âmbito da História, penetrasse no da Sociologia,

da Literatura e chegasse ao da Linguística, pois, acreditamos, foram nesses domínios que subsistiram, durante anos, os efeitos da influência francesa e inglesa recebidos pelos milhares de militares deslocados de Portugal para os terrenos alagadiços da Flandres francesa. Uma análise feita na perspectiva que a idealizamos explicaria comportamentos e novas posturas, na altura, da mentalidade colectiva. Se assim fosse executado, perceber-se-ia que a guerra não obriga a um só tipo de relato - o dos factos bélicos -, mas a múltiplos e complexos, dado os seus efeitos no curto, médio e longo prazo sobre a sociedade que a viveu e sofreu.

As pistas estão lançadas. Haja quem as queira percorrer, ficando atento ao facto de que o conhecimento do passado recente é um instrumento importante para a identificação do momento actual, porquanto a continuidade só muito esporadicamente é interrompida, segmentada ou desviada do curso herdado pela tradição, como este mesmo trabalho acaba, afinal, por demonstrar - só noventa anos depois da declaração de beligerância Portugal está, realmente, próximo dos comportamentos correntes na Europa.

Bibliografia

- AA.VV - *Águia*, n.os 52, 53 e 54, Abril, Maio e Junho, Porto, Renascença Portuguesa, 1916.
- ALMADA, José de - *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa, Edições do Estado-Maior do Exército, 1946.
- ALMEIDA, António Ramos de - *O Pensamento Activo de Bernardino Machado*, Porto, Brasília Editora, 1974.
- ANTUNES, José Freire - *A Cadeira de Sidónio ou a Memória do Presidencialismo*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d.
- ARRIAGA, Manuel de - *Na Primeira Presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório*, Lisboa, A Editora Lt.ª, 1916.
- BAËNA, Miguel Sanches de - *Diário de D. Manuel e estudo sobre o regicídio*, Lisboa, Alfa, 1990.
- BATISTA, Jacinto - *O 5 de Outubro*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1983.
- BELLIOT, R. P. A., - *Manuel de Sociologie Catholique. Histoire, Théorie, Pratique*, 4.ª ed., Paris, P. Lethielleux, Libraire Éditeur, 1911.
- CABRAL, Alexandre - *Os Crimes da Monarquia*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- CABRAL, Manuel Villaverde - *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no Século XIX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1977.

- CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX Forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.
- CATROGA, Fernando - *O Republicanismo em Portugal Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, 1.º voi., Coimbra, 1991.
- COUCEIRO, Capitão Henrique M. Paiva - "O triângulo estratégico e a Aliança inglesa", *Revista de Artilharia*, Lisboa, n.º 26, Agosto 1906.
- DUARTE, Teófilo - *Sidónio Pais e o seu Consulado*, Lisboa, Portugália, s. d. (1941?).
- DUROSELLE, J. B. - *A Europa de 1815 aos nossos dias*, 3.ª ed., São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1989.
- DUROSELLE, J. B. - *História da Europa*, Lisboa, Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.
- FERRÃO, Carlos (pref. e notas) - *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro* Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1978.
- FERRÃO, Carlos - *História da 1.ª República*, Lisboa, Terra Livre, 1976.
- FERREIRA, Capitão Menezes - *João Ninguém Soldado da Grande Guerra. Impressões Humorísticas do CEP*, 2.ª ed., Lisboa, Folhas & Letras, s.d. (2003).
- FRAGA, Luís Alves de - *Portugal na Grande Guerra. Razões Económicas de Beligerância*, Lisboa, sep. da *Revista Militar*, 1985, 53 pp.
- FRAGA, Luís Alves de - *O Fim da Ambiguidade. A Estratégia Nacional Portuguesa de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001.
- FRAGA, Luís Alves de - "Revolta sidonista. A Grande mudança", in *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918* (coord. Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes), Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp. 393-395.
- FRAGA, Luís Alves de - *General Tomás Garcia Rosado. O Outro Comandante do C.E.P. França 1918-1919*, Lisboa, Prefácio, no prelo (2006).
- FRAGA, Luís Alves de - *Guerra & Marginalidade. O Comportamento das Tropas Portuguesas em França. 1917-1918*, Lisboa, Prefácio, 2003.
- FUSCHINI, Augusto - *O Presente e o Futuro de Portugal*, Porto, Fronteira do Caos, Lt.ª, 2005.
- GARNEL, Maria Rita Lino - *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GUEDES, Armando Marques - *A Aliança Inglesa. Notas de História Diplomática*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1938.
- HOMEM, Amadeu Carvalho - *Da Monarquia à República*, Braga, Palimage Editores, 2001.
- JOLL, James - *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.

- LUDENDORFF, Général - *La Guerre Totale*, Paris, Ernest Flammarion Éditeur, 1936, 248 pp.
- MAGALHÃES, José Calvet de - *Breve Historia Diplomática de Portugal*, 2.^a ed., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *Nova História de Portugal Portugal e a Regeneração (1851-1900)*, Barcarena, Editorial Presença, 2004.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *Afonso Costa*, Lisboa, Arcádia, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*, 2.^o vol., 4.^a ed., Lisboa, Palas Editores, 1977.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *A 1.^a República Portuguesa (Alguns aspectos estruturais)*, 3.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- MARTINEZ, Pedro Soares - *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986.
- MEDINA, João - *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- MORAIS, Jorge - *Com permissão de Sua Majestade. Família real inglesa e Maçonaria na Instauração da República em Portugal*, s. 1., Via Occidentalis Editora, Lt.^a, 2005.
- PERES, Damião (dir.) - *História de Portugal*, vol. VII, Barcelos, Portucalense Editora, 1935.
- PINTASSILGO, Joaquim - *República e Formação de Cidadãos. A educação cívica nas escolas primárias da primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- RAMALHO, Miguel Nunes - *Sidónio Pais Diplomata e Conspirador (1912-17)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- RAMOS, Rui - *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), 6.^o vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- REAL, Miguel - *O Marquês de Pombal e a Cultura Portuguesa*, Matosinhos, QuidNovi, 2006.
- RELVAS, José - *Memórias Políticas*, vol. I, Lisboa, Terra Livre, 1977.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996
- RUSS, Jacqueline - *A Aventura do Pensamento Europeu. Uma história das ideias ocidentais*, Lisboa, Terramar, 1997.
- SAMARA, Maria Alice - *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- SANTOS, Machado - *A Ordem Pública e o 14 de Maio*, Lisboa, Pap. e Tipog. Liberty, 1916.
- SERRAO, Joel - *Da "Regeneração" à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

- SILVA, Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira - *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano* (texto policopiado), 2 vol., tese mestrado em História Contemporânea (séc. XX), Lisboa, Universidade de Lisboa, 2001.
- TELO, António José - *Decadência e Queda da 1.^a República Portuguesa*, 2 vols., Lisboa, A Regra do Jogo, 1980.
- TELO, António José - *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de Classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- VALENTE, Vasco Pulido - *Tentar Perceber*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.